



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### RESOLUÇÃO DO PLENO Nº 05 /2019

Dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por sua composição plenária, no uso de sua competência legal, por votação unânime, durante sessão realizada em 05 de dezembro de 2019;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, e a busca contínua pela melhoria da eficiência na prestação jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** as determinações do artigo 96, I, "b", da CF/88, que estabelece competir privativamente aos Tribunais a organização de suas secretarias, serviços auxiliares e juízos que lhes forem vinculados;

**CONSIDERANDO** a constatação de desequilíbrio na distribuição de unidades judiciais em relação à média de casos novos, o que acarreta unidades subdemandadas e unidades superdemandadas;

**CONSIDERANDO** o pleno funcionamento das audiências por videoconferência, o atual estágio de implantação do processo digital eletrônico e, ainda, a digitalização dos acervos processuais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** o estudo técnico realizado pelo Grupo de Trabalho de reestruturação da organização judiciária do Estado do Ceará, constituído pelas portarias nº 334/2019, 1371/19 e 1827/19, da Presidência do TJ-CE;

**CONSIDERANDO** as autorizações legislativas expressas dos artigos 42, §1º, da Lei estadual nº 16.397/17, e do parágrafo único, do artigo 64, da Lei estadual nº 16.208/17;

**CONSIDERANDO** as prescrições normativas da Resolução nº 184/2013, e o precedente firmado no PCA nº 0005220-18.2014.2.00.0000, todos do egrégio Conselho Nacional de Justiça;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Determinar as agregações das comarcas especificadas no anexo I desta Resolução, em conformidade com o disposto no artigo 42, §1º, da Lei estadual nº 16.397/17, sem impacto financeiro, mantendo-se, contudo, seus respectivos fóruns abertos para atendimento ao público.

§1º. As comarcas agregadas descritas no referido anexo ficam transformadas em comarcas vinculadas, conforme definição estabelecida pelo artigo 11, da Lei nº 16.397/17.

§2º. Os casos novos das comarcas acima especificadas serão distribuídos, conforme a competência de cada juízo, nas respectivas unidades judiciárias das comarcas sedes, que terão, nos termos do artigo 11 da Lei nº 16.397/17, seus limites territoriais correspondentes ao agrupamento de municípios descritos no anexo I desta Resolução.

§3º. A distribuição dos casos novos mencionada no parágrafo anterior dependerá de autorização expressa da Presidência do TJ-CE, que, mediante Portaria, estabelecerá a ordem cronológica de implementação da reestruturação, conforme a capacidade administrativa do Tribunal.

§4º. Os acervos processuais em tramitação nas comarcas vinculadas constantes do anexo I não serão transferidos para suas respectivas sedes até que sejam substancialmente reduzidos, mediante parâmetros definidos pela Presidência do TJ-CE, ficando sob a responsabilidade de magistrados designados, nos termos do artigo 13, da Lei nº 16.397/17, sem prejuízo da atuação do Núcleo de Produtividade Remota.

§5º. Transferido ou finalizado o acervo da comarca agregada, os seus respectivos fóruns permanecerão abertos, mantendo-se a presença de agentes públicos para atendimento à população local, bem como a estrutura necessária para a realização de audiências por videoconferência.

**Art. 2º.** As comarcas vinculadas constantes do anexo I desta Resolução que, no momento da publicação, possuírem os cargos de magistrados ocupados, somente poderão ser agregadas às suas sedes após a vacância, excetuada a hipótese de anuência expressa do respectivo juiz titular.

**Parágrafo único.** As comarcas vinculadas constantes do anexo I, da Lei nº 16.397/2017, cujas respectivas sedes sejam objeto de transformação por parte desta Resolução, passam a ter suas vinculações conforme especificado no anexo II deste ato normativo.

**Art. 3º.** Nenhum cargo de servidor efetivo, lotado nas comarcas agregadas, será extinto ou transformado por força desta Resolução.

§1º Aos servidores descritos no *caput* será assegurada a participação em concursos de remoção, no qual o edital deverá contemplar, dentre outros critérios de pontuação, a lotação originária em unidades agregadas.

§2º Será permitido aos servidores que não se habilitaram a certame de remoção, ou não tenham logrado êxito, exercer o trabalho de forma remota, sendo possível a prática das atividades nas dependências físicas do fórum da comarca agregada para atuação à distância nos processos em trâmite na sede, viabilizando, assim, a manutenção de residência na comarca vinculada e a percepção da GEI no valor correspondente ao IDHM desta.

**Art. 4º** Os cargos vagos de magistrados e comissionados atingidos pela transformação das unidades sedes em vinculadas, especificadas no anexo I desta resolução, não ficam extintos por força desta norma e deverão ser objeto de resolução específica deste Tribunal para fins de criação, por transformação, dos cargos necessários para instalação de novas unidades judiciárias, nas comarcas superdemandadas, e dos demais cargos de apoio à melhoria da prestação jurisdicional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

**Art. 5º** Os casos omissos serão resolvidos por ato da Presidência do TJ-CE.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Plenário Conselheiro e Desembargador Bernardo da Costa Dória, em Fortaleza, aos 05 dias de dezembro de 2019.

Des. Washington Luis Bezerra de Araújo - Presidente

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes



Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva  
 Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira  
 Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo  
 Des. Emanuel Leite Albuquerque  
 Des. Jucid Peixoto do Amaral  
 Des. Paulo Francisco Banhos Ponte  
 Des. Francisca Adelineide Viana  
 Des. Francisco Gladyson Pontes  
 Des. Francisco Bezerra Cacalcante  
 Des. Inácio de Alencar Cortez Neto  
 Des. Carlos Alberto Mendes Forte  
 Des. Maria Iraneide Moura Silva  
 Des. Francisco Gomes de Moura  
 Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite  
 Des. Maria Vilauba Fausto Lopes  
 Des. Lisete de Sousa Gadelha  
 Des. Raimundo Nonato Silva Santos  
 Des. Paulo Airton Albuquerque Filho  
 Des. Maria Edna Martins  
 Des. Mário Parente Teófilo Neto  
 Des. Tereze Neumann Duarte Chaves  
 Des. José Tarcílio Souza da Silva  
 Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães  
 Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto  
 Des. Francisco Carneiro Lima  
 Des. Marlúcia de Araújo Bezerra  
 Des. Henrique Jorge Holanda Silveira  
 Des. Sérgio Luiz Arruda Parente  
 Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues

#### ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 05/2019 PLENO DO TJCE

##### AGREGAÇÃO DE COMARCAS

COMARCAS AGREGADAS	COMARCAS AGREGADORAS
SANTANA DO CARIRI	CRATO
PORTEIRAS	BREJO SANTO
QUIXELÔ	IGUATU
ORÓS	
SABOEIRO	JUCÁS
CATARINA	ACOIARA
IPAUMIRIM	ICÓ
PIQUET CARNEIRO	SENADOR POMPEU
IBICUITINGA	QUIXADÁ
PEREIRO	JAGUARIBE
IRACEMA	ALTO SANTO
QUIXERÉ	LIMOEIRO DO NORTE
CHOROZINHO	PACAJUS
GUAIBUBA	PACATUBA
PINDORETAMA	CASCADEL
IRAUÇUBA	ITAPAJÉ
FORQUILHA	SOBRAL
MERUOCA	
MUCAMBO	
VARJOTA	RERIUTABA
URUOCA	GRANJA
GRAÇA	SÃO BENEDITO
CARNAUBAL	
CROATÁ	GUARACIABA DO NORTE



FRECHEIRINHA	TIANGUÁ
ARARENDÁ	CRATEÚS
HIDROLÂNDIA	SANTA QUITÉRIA
MONSENHOR TABOSA	
ACARAPE	REDENÇÃO
BARREIRA	
PACOTI	BATURITÉ
ITAPIÚNA	CAPISTRANO
CRUZ	ACARAÚ
MORRINHOS	MARCO
FORTIM	ARACATI
ICAPUÍ	
ITATIRA	CANINDÉ
MADALENA	BOA VIAGEM
QUITERIANÓPOLIS	TAUÁ
PARAMBU	

## ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 05/2019 PLENO DO TJCE

<b>COMARCAS VINCULADAS A NOVAS COMARCAS SEDES</b>	
<b>COMARCA VINCULADA</b>	<b>NOVA COMARCA SEDE</b>
PENAFORTE	BREJO SANTO
JATI	
UMARI	
BAIXIO	ICÓ
IBARETAMA	QUIXADÁ
ERERÊ	ALTO SANTO
TEJUÇUOCA	ITAPAJÉ
ALCÂNTARAS	SOBRAL
PACUJÁ	
IPAPORANGA	CRATEÚS
PORANGA	
GUARAMIRANGA	BATURITÉ
MARTINÓPOLE	GRANJA

**PORTARIA Nº 1976/2019**

Dispõe sobre a ordem cronológica de implantação da reestruturação judiciária.

**A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício da Presidência e no uso de suas atribuições legais, etc.**

**CONSIDERANDO** a entrada em vigor da Resolução do Tribunal Pleno nº 05, de 09 de dezembro de 2019, que disciplina a nova organização judiciária do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** o disposto no §1º, do art. 1º, da referida Resolução, o qual estabelece a agregação e transformação de comarcas sedes em vinculadas, conforme definição estabelecida no art. 11, da Lei Estadual nº 16.397/2017;

**CONSIDERANDO** que compete à Presidência do TJCE a definição da ordem cronológica de implementação da reestruturação, conforme capacidade administrativa do Tribunal;

**CONSIDERANDO** o plano de ação elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), sob coordenação da Superintendência da Área Administrativa e da Assessoria de Articulação Interna e de Priorização do 1º Grau, contemplando as etapas de implementação da reestruturação de 3 (três) comarcas, iniciando-se em janeiro de 2020;

**RESOLVE:**